



■ Governo **p.7**

Lei de Bases da Economia Social vai criar mais emprego



■ PSD **p.12**

Matos Rosa abriu o XVII Congresso da JSD/Açores: "Queremos reconquistar a nossa plena soberania financeira"

POVO LIVRE



nº 1774

20 de março de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Prosseguir o esforço de consolidação orçamental favorável ao crescimento



O Primeiro-Ministro no debate no Parlamento antes do Conselho Europeu

Governo **p.11**

7.ª avaliação do Memorando foi positiva para Portugal

Parlamento **p.14**

"O PS anda muito distraído e muito isolado"
Luís Montenegro

Debate na AR antes do Conselho Europeu

Prosseguir o esforço de consolidação orçamental favorável ao crescimento

Na véspera de comparecer em Bruxelas, para participar em mais um Conselho Europeu, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que já tinha tratado do mesmo assunto em Concertação Social, debateu, com os vários partidos, as linhas directrizes do que deverá ser a posição de Portugal no Conselho e afirmou que faz sentido discutir uma flexibilização do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal nesta sétima avaliação, que disse não estar ainda concluída (à data desta presença no Parlamento).

“Faz todo o sentido que coloquemos em discussão, como o fizemos, de resto, no quinto exame regular, a necessidade de fazermos o ajustamento em matéria de flexibilização do cumprimento do nosso programa em termos que nos permitam realizar, prosseguir e tornar estável e durável os esforços de correcção dos nossos desequilíbrios, por um lado; e de manter a nossa aposta na criação de condições estruturais para que a economia volte a crescer no médio e no longo prazo”, afirmou o Primeiro-Ministro.

Pedro Passos Coelho, alegou que, “à partida para esta avaliação” da ‘troika’, Portugal apresentou “um conjunto de resultados que são importantes” em termos de correcção de “desequilíbrios profundos”, que justificam a discussão de um “ajustamento em matéria de flexibilização”.

O Primeiro-Ministro referiu que o défice estrutural foi reduzido em cerca de seis pontos percentuais, que o défice da balança comercial diminuiu de quase 10% para cerca de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) e que o peso da despesa primária em percentagem do PIB passou de quase 48% para 41,5% em dois anos.

Antes, Passos Coelho disse que “não terminou (à data da reunião) ainda o sétimo exame regular que decorre em Lisboa”, adiantando que “grande parte do trabalho já está concluído, mas há ainda algumas dimensões e alguns documentos que não estão fechados”.

“Oportunamente, o ministro das Finanças, como é habitual, não deixará, em primeira linha, de fazer a comunicação dos resultados dessa avaliação quando ela estiver concluída”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro disse que vai dar conta dos “bons resultados” portugueses no Conselho Europeu desta semana e manifestou a expectativa de que isso resulte no apoio a Portugal por parte dos parceiros europeus.

Pedro Passos Coelho, afirmou que o Governo português subscreve as prioridades de política económica e social traçadas pela União Europeia, entre as quais uma “consolidação orçamental que seja diferenciada e favorável ao crescimento”.

No que respeita ao combate ao desemprego, o Primeiro-Ministro reclamou que as soluções adoptadas em Portugal “comparam bem com as opções que outros países seguiram”, acrescentando: “À medida que vamos introduzindo, como a experiência recomenda, ajustamentos nas principais políticas, elas tendem a operacionalizar melhor os resultados e, portanto, a cumprir os seus objectivos”.

Pedro Passos Coelho, considerou que a União Europeia tem andado na “d direcção correcta” e está hoje mais capaz de “responder duradouramente a esta crise”, apesar de viver “uma época recessiva” e de haver ainda “riscos e incertezas no espaço europeu”.

Esses “riscos e incertezas” podem vir do Chipre, de Itália, ou da execução do programa de assistência externa aplicado à Grécia, considerou.



Quanto à política económica e social da União Europeia, o Primeiro-Ministro afirmou que “o Governo português está de acordo com a manutenção das prioridades avançadas na análise anual do crescimento em 2012 e que foram reafirmadas também pela Comissão Europeia”.

“Portanto, julgamos que é importante, nesta fase, reiterar a indispensabilidade de prosseguirmos um esforço de consolidação orçamental que seja o mais diferenciado e favorável possível ao crescimento”, acrescentou.

“Esperamos que exista uma resposta igualmente eficaz do ponto de vista da garantia do financiamento à economia no espaço europeu, em particular, ver restaurados alguns mecanismos de canais de crédito à economia, ter, evidentemente, respostas mais importantes relativamente ao desemprego e também às consequências sociais da crise que se tem prolongado, continuar a modernizar

a Administração Pública e promover o crescimento e a competitividade. São estas as cinco prioridades que são reafirmadas no espaço europeu e com as quais o Governo português está de acordo”, completou.

Passos Coelho disse que estas têm sido também prioridades a nível nacional, e destacou a consolidação orçamental.

“Estamos numa fase em que não podemos pôr em questão o essencial da direcção que tomámos para consolidar as contas públicas, para corrigir os desequilíbrios mais importantes em termos macroeconómicos, e também para poder, enquanto lançamos uma acção de reforma estrutural, responder ao crescimento e da competitividade e, ao mesmo tempo, das consequências sociais da crise”, defendeu.

O Primeiro-Ministro sustentou que a “dualidade que

tantas vezes foi cavada entre as consequências recessivas de curto prazo, que sempre são trazidas por políticas restritivas de correcção de desequilíbrios, e a necessidade de ir criando âncoras voltadas para o crescimento e para o emprego, perdeu força no debate europeu”.

Segundo Passos Coelho, tornou-se consensual na União Europeia que “não é possível adquirir a estabilidade macroeconómica e reputação para futuro sem, ao mesmo tempo, prosseguir esforços que têm custos de curto prazo, mas que não podem deixar de ser prosseguidos” para ultrapassar a actual crise.

“Esta é a razão, portanto, por que se insiste em que a consolidação orçamental seja diferenciada e favorável ao crescimento. É, evidentemente, a preocupação de conciliar aquilo que são objectivos de médio e longo prazo com as preocupações de curto prazo”, acrescentou.

Intervenção do PS

O secretário-geral do PS afirmou Portugal só tem para apresentar em Bruxelas resultados de “tragédia social e económica”, declaração que Passos Coelho rebateu imediatamente, considero-a “um insulto” ao esforço dos portugueses nos últimos dois anos.

“Dizer-se que o País, ao cabo de 21 meses de execução do Programa de Assistência Económica e Financeira, não apresenta resultados, é um insulto ao esforço dos portugueses ao longo destes dois anos”. Passos Coelho sustentou que, entre outros dados, houve evoluções significativas ao nível do défice externo, designadamente com a existência de um excedente na balança de transacções em 2012.

“Acha que era preferível andar de mão estendida no Mundo, do que dizer que conseguimos gerar um excedente externo em Portugal?”, perguntou.

Passos Coelho disse ainda que a prioridade a dar ao crescimento “foi reafirmada pela Comissão e será reafirmada pelo Conselho”, após ter sido elencada já em 2012.

“O Governo português está de acordo com essa prioridade e não tem políticas contrárias ao crescimento. A nossa linha visa corrigir os desequilíbrios e promover o crescimento. O objectivo é justamente produzir o ajustamento macroeconómico para que a economia possa crescer”, justificou o Primeiro-Ministro.

Ou seja, de acordo com Passos Coelho,, ao longo do programa de ajustamento, impõe-se um “balanceamento macroeconómico, lançando-se ao mesmo tempo as condições necessárias para o crescimento”.

“O senhor deputado [António José Seguro] sugere que se mude de direcção, que se pare com o esforço de consolidação, mas aí não podemos ter maiores divergências”, acrescentou, e desafiou o secretário-geral do PS a esclarecer quanto vale o seu programa de consolidação orçamental alternativo, alegando que só depois de dar esse esclarecimento o PS poderá ser levado a sério.

Sobre esta matéria, António José Seguro pediu mesmo “rigor” ao primeiro-ministro, alegando que os socialistas, recentemente, votaram a favor do “tratado fiscal” e da revisão da lei de enquadramento orçamental.

Na sequência directa destas respostas de Seguro, Pedro Passos Coelho disse ter registado que o PS é favorável à consolidação orçamental, mas contrapôs que este partido “tem muita dificuldade em explicar o que isso significa”.

Na perspectiva do Primeiro-Ministro, António José Seguro, “gosta de dizer que não abandona o que vem expresso no memorando de entendimento celebrado por Portugal, mas, ao mesmo tempo, diz que não concorda com os caminhos escolhidos para se chegar aos resultados”.

“Então pergunto ao senhor deputado: O esforço de consolidação orçamental que o PS defende quanto é que vale? Gostaria que o senhor deputado António José Seguro respondesse”, disse, reiterando: “...Não concorda com o corte eventual de quatro mil milhões de euros na despesa. Então de quanto precisamos? Enquanto o senhor deputado [António José Seguro] não souber responder a estas perguntas não pode ser levado a sério quando



afirma que a política de consolidação orçamental é para prosseguir”, declarou.

Jerónimo de Sousa

O secretário-geral comunista, Jerónimo de Sousa, voltou a tocar a “cassete” anti-austeridade, enquanto o primeiro-ministro, Passos Coelho, garantiu alguns resultados atingidos, embora “nem todos alcançados”, reconhecendo os “efeitos recessivos no curto prazo”.

O líder do executivo admitiu a possibilidade de “ir

afinando as políticas para garantir resultados tão mais próximos quanto possível das metas e desejos”, mas sem conseguir “garantir que todos os resultados sejam alcançados”.

“Nunca prometerei, ao contrário do deputado António José Seguro (PS), que se resolve o problema orçamental pondo a economia a crescer. Não é possível levar a cabo políticas de austeridade sem efeitos recessivos, nós sabemos isso. Não há nenhum Governo - da esquerda, da direita, mais liberal ou mais conservador - que estabeleça como propósito criar uma situação de recessão e desemprego”, disse.

“Nós temos uma divergência insanável” – disse Jerónimo – “O défice está a matar o crescimento. Nós pensamos precisamente o contrário - o crescimento económico é que pode matar o défice. Produzir mais é condição para devermos menos”, disse o deputado comunista, insistindo em saber dos anunciados cortes de quatro mil milhões de euros na despesa do Estado.

O chefe do Governo recusou a existência de uma “contradição insanável” por concordar com a ideia de que “para crescer, temos [Portugal] de produzir e exportar mais, de ser mais competitivos”.

“Porém, necessitamos de financiamento para investir o necessário. Não podemos produzir mais a partir do nada. Não há capital no País para produzir esse resultado, na generalidade do Estado e nas empresas. Precisamos de atrair investimento externo”, afirmou, criticando a “receita da expansão dos orçamentos” por se saber que é “somar défice e dívida a um país que já tem dívida e défice”

Bloco de Esquerda.

Respondendo à deputada do BE, a 1/2ª coordenadora Catarina Martins, o Primeiro-Ministro garantiu hoje que só anunciará resultados da sétima avaliação da 'troika' no Conselho Europeu, se antes tiverem sido publicitados em Portugal, não dando como garantido que tudo esteja concluído em "tempo útil".

"Não anunciarei no Conselho Europeu nada que não pudesse anunciar hoje neste debate. Só comunicarei ao Conselho Europeu algum resultado do sétimo exame regular se, entretanto, esse resultado tiver sido publicitado em Portugal", afirmou o chefe do Governo.

Passos Coelho, que, reiterou estar convencido que "o essencial" do exame regular da 'troika' está cumprido, mas admitiu que "há ainda alguns documentos que não estão finalizados e há uma parte da negociação que não está concluída".

"Nessa medida não posso anunciar, nem deveria anunciar matérias que ainda não estão concluídas. Será o senhor ministro das Finanças a fazer essa comunicação e se ela estiver disponível em tempo útil com certeza que o Conselho Europeu como o País tomará conhecimento delas, mas não dou isso por garantido", acrescentou.

Passos Coelho afirmou ainda que Portugal e Irlanda têm articulado de forma muito próxima a negociação do alargamento do prazo de pagamento dos empréstimos.

Catarina Martins, questionou o PM de forma mais pesporrenta, sobre as intenções do Governo no Conselho, usando estes termos: "Vai defender Portugal ou a 'troika'? Vai defender o prolongamento dos prazos do pagamento dos empréstimos como a Irlanda, ou vai uma vez mais obedecer à Alemanha?".

Passos Coelho respondeu que "Portugal e Irlanda têm articulado de forma muito próxima todos os passos dessa negociação. Não existe aqui nenhum grão e nenhuma areia na engrenagem e os nossos pontos de vista e actuação são comuns", disse o chefe do Governo, e rejeitou veementemente que o ministro das Finanças português tenha "tirado o tapete" ao seu homólogo irlandês.

"Foi o ministro das finanças irlandês que, antes de entrar na reunião do Eurogrupo, declarou que 15 anos era o pedido que a Irlanda tinha feito, era um ponto de partida e não um ponto de chegada e que não seria seguramente o resultado da negociação", sustentou.

Portugal, continuou, não fez nenhuma declaração pública acerca da sua própria negociação.

"O ministro das Finanças disse que não ia negociar em público um processo que devia ser discutido no âmbito do Eurogrupo e do Ecofin", precisou, admitindo, contudo, que Portugal pretende negociar a maturidade dos empréstimos.

"O Ecofin pediu à 'troika' que apresentasse uma proposta que pudesse ser apreciada em próxima reunião de acordo com os contactos com governo português e irlandês. É aqui que estamos quando esse processo estiver em condições será tornado público", disse.

Partido Ecologista "Os Verdes"

A deputada do partido ecologista Os Verdes Heloísa Apolónia questionou Passos Coelho sobre o significado concreto ao nível de alívio das medidas de austeridade de um eventual alargamento do prazo para o pagamento dos empréstimos internacionais e para o cumprimento das metas do défice.

"Se o alívio dos prazos não serve para isso [para o alívio das medidas de austeridade], não serve para nada", disse Heloísa Apolónia.

Na resposta, o primeiro-ministro explicou que em primeiro lugar, a extensão das maturidades dos empréstimos destinam-se "a evitar que Portugal tenha de enfrentar picos de refinanciamento da sua dívida" como aqueles que se preveem para os anos de 2015, 2016 e 2020.

"São anos em particular onde se acumula uma ne-



cessidade de refinanciamento de dívida extremamente elevada", referiu,

Além disso, é também necessário retirar alguma incerteza e algum risco sobre os títulos de dívida pública.

"Se pretendemos custos de financiamento mais baixos devemos fazer o que estiver ao nosso alcance para remover essa incerteza ou essa percepção de risco sobre a dívida", declarou, explicando que "é justamente por isso que não havendo um efeito directo sobre a austeridade a negociação desses prazos é muito importante para o país e muito importante para os portugueses".

Líder da bancada do CDS-PP

O líder parlamentar do CDS-PP defendeu a urgência de a Europa resolver os "problemas graves" com que se confronta no plano económico e social, mas também político, lembrando que "o desespero é espaço fértil para qualquer tipo de populismos".

"A União Europeia e o processo de construção da União Europeia fez-se para as democracias. E o desespero é espaço fértil para qualquer tipo de populismos. E, portanto, é bom que esta Europa tenha também em conta este problema que é económico, é social, mas também é político", disse, no debate parlamentar sobre o próximo Conselho Europeu.

Na resposta, Pedro Passos Coelho apontou a existência actual de "uma corrente de opinião que testa" a "resiliência democrática face às consequências sociais da crise".

"Pode-se perguntar se o esforço que estamos a fazer de construção de uma Europa mais coesa responde aos objectivos de competitividade no mercado global em que

a Europa se insere. E há quem tenha dúvidas sobre isso. Há quem julgue hoje que há evidência suficiente de que apesar dos esforços (...) a Europa não esteja em condições de responder globalmente a esse desafio", disse.

O chefe do executivo defendeu ainda a necessidade de prestar "mais atenção aos factores de equidade", que "não têm tido em Portugal uma resposta satisfatória de há muitos anos a esta parte".

"Espero que o tempo que estamos a atravessar nos ajude também, desde a reforma do Estado às políticas públicas, a encontrar, de acordo com as nossas possibilidades, a encontrar soluções mais equitativas que reforcem a ancoragem do nosso regime. Em que as pessoas possam não estar satisfeitas com os sacrifícios que têm de fazer para nos ajustarmos, mas possam dizer que os esforços que têm vindo a desenvolver obedecem a uma preocupação de equidade", apontou.

Com o líder da bancada do PSD

Em resposta a uma intervenção do líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro, o chefe do executivo frisou que o esforço que o País está a fazer "tem que prosseguir no essencial".

O Primeiro-Ministro sublinhou que o Governo não hesitará em "manter a direcção" das políticas que têm sido prosseguidas, sublinhando que a "tragédia nacional" em que o país foi colocado "não foi causada" pelo actual executivo.

"Precisamos mais do que nunca de mostrar que no caminho que estamos a seguir não apresentaremos hesitações em manter a direcção que temos tomado. A tragédia que o PS aponta para Portugal não foi causada por este Governo. Não são as políticas que estamos a prosseguir a causa da tragédia nacional. Mas, como sempre, o cisco dentro do olho é mais visível no olho dos outros do que no nosso próprio", disse Passos Coelho, acrescentando: "...e E o PS não percebeu as responsabilidades graves que trouxe para Portugal, a tragédia de ter de pedir aos parceiros externos fizessem o que o País, exaurido, falido, já não estava em condições de fazer".

"O caminho que temos de seguir não é um caminho de facilidades, a pensar nos resultados das sondagens ou das eleições, é um caminho a pensar em Portugal. Por isso, podemos dormir pouco, mas dormimos de consciência tranquila de que fazemos pelo nosso País o que achamos essencial para o retirar desta situação de tragédia e dramatismo em que nos colocaram, mas que havemos de ser bem sucedidos", comentou.

O Primeiro-Ministro considerou hoje que, embora não tendo um efeito directo sobre a austeridade, a negociação dos prazos dos empréstimos é muito importante para o país.

- Povo Livre, com "Lusa"

Conselho Europeu

“Há dinheiro e este tem de chegar aos cidadãos”

Os líderes da União Europeia encontraram-se desde quinta-feira passada, em Bruxelas, numa cimeira consagrada ao “semestre europeu”, na qual discutiram a actual situação económica, um pouco mais desanuviada sem a urgência da crise; e o desemprego.

O Conselho Europeu, começou às 17 horas e foi marcado, segundo fonte diplomática, por um “regresso à normalidade”, sem a “urgência da crise do euro”, e deverá ser “preparatório das decisões de Junho”, data em que os chefes de Estado e de Governo da União Europeia voltam a reunir-se.

Portugal esteve representado pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que antes, ao início da tarde, tinha participado na tradicional mini-cimeira do Partido Popular Europeu, de que Portugal é importante membro e que antecede os Conselhos Europeus.

A agenda dos trabalhos incluiu a análise da aplicação do Pacto para o Crescimento e Emprego, tema que será aprofundado também em Junho, nomeadamente no que se refere ao objectivo da criação de emprego e ao financiamento da economia.

Neste âmbito, os líderes da UE receberam - por parte do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso -, a informação actualizada sobre o programa de combate ao desemprego jovem, que na Grécia e em Espanha atinge mais de metade da população.

Durão Barroso apresentou dados sobre a reprogramação de fundos comunitários para combater o desemprego juvenil, devendo ainda ser debatidas as propostas para execução de um envelope de seis biliões de euros, já acordado no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual da UE 2014-2020.

O encerramento da primeira fase do Semestre Europeu, que inclui a avaliação dos progressos globais realizados na aplicação das recomendações específicas por país para 2012 e orientações para as políticas económicas nacionais, foi outro dos temas do Conselho, bem como a definição das regras para as cimeiras da zona euro.

Uma vez estas definidas e ainda na quinta-feira, a partir das 22:00, tem início uma reunião dos líderes dos 17 países da zona euro, para se debater a situação económica dos países da moeda única, tendo por base uma apresentação do presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi.

Numa intervenção muito forte sobre os problemas sociais, o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, alertou para o perigo de uma “revolta social” na Europa e sublinhou a necessidade de um maior equilíbrio entre austeridade e crescimento.

“Não excluiria que corremos o risco de assistir a uma revolta social”, disse Juncker à entrada do Conselho Europeu, que se reúne hoje e sexta-feira para analisar a situação económica da União Europeia (UE).

Juncker considerou ainda que a UE tem que “explicar melhor” as suas políticas económicas, nomeadamente a necessidade de se cumprirem os limites do défice e da dívida pública.

O Conselho Europeu foi, no entanto, marcado por um “regresso à normalidade”, sem a “urgência da crise do euro”, e deverá ser “preparatório das decisões de Junho”, altura em que os líderes europeus voltam a reunir-se.

Na agenda dos trabalhos esteve a análise da aplicação do Pacto para o Crescimento e Emprego, tema que será aprofundado também em Junho, nomeadamente no que se refere ao objectivo da criação de emprego e ao financiamento da economia.

A partir das 22 horas teve início uma reunião dos líderes dos 17 países da zona euro, para se debater a situação económica dos países da moeda única, tendo



por base uma apresentação do presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi. O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, esteve presente.

Entretanto, o Primeiro-Ministro italiano, Mario Monti, afirmou que defende hoje, a existência de maior flexibilidade para que os Países europeus possam concretizar os ajustes orçamentais exigidos por Bruxelas.

“Introduzimos margens razoáveis de flexibilidade dentro das normas europeias de disciplina orçamental e, uma vez mais, pediremos que estas margens possam ser confirmadas”, disse Mario Monti aos jornalistas, à chegada à cimeira. Monti destacou os esforços feitos pela Itália na redução do défice e a importância dos

“investimentos, incluindo os públicos”, para recuperar o crescimento económico.

A chanceler alemã, Angela Merkel, apelou, por sua vez, aos líderes europeus para que apostem na luta contra o desemprego jovem, defendendo a aplicação do Pacto para o Crescimento e Emprego.

“Temos o Pacto para o Crescimento e Emprego que aprovámos no verão passado e agora trata-se de dar-lhe vida. Há dinheiro e agora este tem de chegar aos cidadãos para que os jovens europeus tenham trabalho”, afirmou aos jornalistas, à chegada ao Conselho Europeu.

A chanceler alemã sublinhou também a necessidade de se “fazer tudo” o que se possa para “melhorar a competitividade e o crescimento”.

O Presidente francês, François Hollande, por seu lado, defendeu em Bruxelas a possibilidade de os Estados-membros da União Europeia (UE) poderem “adaptar” os seus programas de ajustamento orçamental para fomentar a recuperação do crescimento económico.

“Devemos adaptar, na medida do possível, os nossos programas de ajustamento orçamental” no que respeita aos objectivos de estímulo da actividade económica”, afirmou Hollande, numa conferência de imprensa realizada no final de uma reunião do Partido Socialista Europeu, que antecedeu o início da cimeira de líderes europeus.

O Presidente francês defendeu a necessidade de os Estados-membros coordenarem as suas políticas económicas e assinalou que voltará a abordar com os seus homólogos europeus a estratégia de crescimento para a Europa.

Neste âmbito, apelou para que o Pacto para o Crescimento e Emprego, já aprovado pelos líderes europeus, “seja aplicado e tenha todo o impacto possível em 2013”, e para que haja um compromisso sobre os meios que serão mobilizados para aplicar o envelope de seis mil milhões de euros para combater o desemprego jovem, acordado no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual da UE 2014-2020.

Os chefes de Estado e de Governo da UE começaram 17 e 30, uma cimeira de dois dias, durante a qual discutirão a situação económica, um pouco mais desanuviada,

e o desemprego.

A partir das 22 h. teve início uma reunião dos líderes dos 17 países da zona euro, para debater a situação económica dos países da moeda única, tendo por base uma apresentação do presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi. Portugal estava representado pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou hoje em Bruxelas que os líderes europeus reconhecem a necessidade de se encontrar respostas também a curto prazo para atenuar as consequências da crise, mas prosseguindo as reformas estruturais e disciplina orçamental.

Falando já de madrugada, depois da primeira sessão de trabalhos da cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE), que prosseguirá de manhã, e de uma reunião dos líderes da zona euro que se realizou a seguir, Passos Coelho indicou que, em ambas as reuniões de quinta-feira, foi feito um balanço daquilo que tem sido todo o processo de combate à crise, tendo sido consensual que, em primeiro lugar, os países devem prosseguir os seus esforços.

Passos Coelho disse que o Conselho também reconheceu a necessidade de se “encontrar respostas não apenas de médio e longo prazo, mas também de curto prazo de combate ao desemprego” e para fazer face às consequências sociais da crise.

Em suma, disse, o Conselho reafirmou “a sua preocupação com a necessidade de encontrar políticas de curto prazo que sirvam de algum modo de almofada para os efeitos mais negativos da crise”, mas reafirmou também a “indispensabilidade de redução e controlo dos défices e continuação da agenda de reforma estrutural”, o que está a ser feito em Portugal, “de forma muito positiva”, mas com a consciência por parte do Governo de que, tal como noutros países, “demorará algum tempo” até que os resultados sejam visíveis.

O Primeiro-Ministro escusou-se hoje a confirmar a notícia do eventual “chumbo” do Eurostat à operação de concessão da ANA e conseqüente desvio do défice em 2012, remetendo explicações para o ministro das Finanças.

Questionado depois do primeiro dia de um Conselho Europeu e de uma cimeira da zona euro, sobre a notícia do Jornal de Negócios, segundo a qual o Eurostat “chumbou” a operação da ANA, o que levará a que o défice em 2012 fique na casa dos 5,5% do PIB (contra os 5% projectados), e se tal não significará que o ano extra que será concedido a Portugal para cumprir as metas assim “consumido”, Passos Coelho remeteu explicações para a apresentação que Vítor Gaspar fará de manhã, em Lisboa (no dia seguinte), da conclusão da sétima avaliação da ‘troika’.

“O ministro das Finanças amanhã [sexta-feira] responderá a essas matérias todas, até porque, como sabem, no final do exame regular são sempre divulgados não apenas o novo cenário macroeconómico com que o país trabalhará, mas também os dados relativos às contas nacionais que servem também de base para toda a extrapolação que é feita para 2013 e 2014, portanto não vou perder tempo a comentar aspectos que estarão amanhã no centro da comunicação do ministro das Finanças”, começou por dizer Passos Coelho.

“O que posso dizer em qualquer caso é que o défice que foi registado em 2012 em termos quantitativos (isto é, em termos absolutos de valor) respeita o limite que estava acordado com a ‘troika’, e isso é importante, na medida em que se isso não tivesse acontecido nós evidentemente não poderíamos ter tido uma avaliação positiva, como creio que terá acontecido nesta avaliação”, acrescentou.

O Governo português espera que mais de 45 mil jovens possam beneficiar, até ao verão, do programa Impulso Jovem, cerca de metade do objectivo previsto, disse o Primeiro-Ministro.

“Espero que, dos cerca de 90 mil jovens que o programa [Impulso Jovem] pretenderia abranger, até ao verão, possamos cumprir mais de metade desse objetivo”, afirmou Pedro Passos Coelho, na conferência de imprensa, no final da primeira sessão de trabalhos da cimeira de líderes europeus dedicada às políticas económicas e ao desemprego.

Passos Coelho reconheceu que o programa teve um



“desempenho bastante deficiente nos seus primeiros três meses de vida”, tendo sido reavaliado em conjunto com os parceiros sociais no final de 2012 e, assumido, a partir de Janeiro, “uma resposta bastante mais positiva”, em resultado das alterações que foram feitas.

Passos Coelho explicou que, no âmbito das alterações que foram feitas, foram removidos alguns “obstáculos”, entre os quais o facto de os jovens precisarem de estar inscritos há pelo menos quatro meses nos centros de emprego para poderem apresentar a sua candidatura.

O primeiro-ministro recordou ainda que, até ao início daquela semana, o ‘Impulso Jovem’ contava com 8.400 candidaturas aceites, um aumento de “quase 40% das candidaturas no primeiro mês subsequente às alterações que foram introduzidas”.

De acordo com os últimos dados divulgados pelo INE, a taxa de desemprego entre os jovens em Portugal continua a subir e chegou no quarto trimestre aos 40%, afectando 165 mil pessoas entre os 15 e os 24 anos. – Fontes: Lusa, com “Diário Económico”

Lei de Bases da Economia Social vai criar mais emprego

O Parlamento aprovou, dia 15 de Março, por unanimidade, a Lei de Bases da Economia Social, que define as “bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua actividade”.

Em comunicado, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS) defende que a aprovação da nova legislação “dá nota da importância do sector da Economia Social e reforça o rumo que o Governo pretende seguir, de criar um novo modelo de resposta social em parceria com as instituições sociais”.

Sublinhando que o objectivo é “criar um novo modelo de resposta social em parceria com as instituições sociais” que se pretende “mais correcto” e “mais sustentável”, a tutela revela ainda que é importante consolidar as bases deste sector. Com esta lei, Portugal cria espaço para que este sector crie mais respostas, mais emprego e se desenvolva, mitigando as assimetrias geográficas.

Recorde-se que a economia social tem uma forte influência no PIB português, representando cerca de 5 por cento no mercado de trabalho interno. Portugal passa a ser o segundo país da Europa, a seguir à Espanha, a reconhecer com uma lei específica a importância da economia social, reforçando a confiança de que é possível que este sector venha a assumir peso idêntico, no PIB, ao do sector do Turismo”.

A economia social representa 2,8 por cento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) português e 5,5 por cento do emprego remunerado, correspondente a cerca de 250 mil empregos directos.

O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social e vice-presidente do PSD, Marco António Costa, foi um dos principais impulsionadores deste diploma, que enquadra toda a dinâmica organizacional do sector social (abrangendo cooperativas, misericórdias, fundações, associações mutualistas, instituições particulares de solidariedade social, associações “com fins altruísticos” desportivas e culturais, entre outras).

A lei irá entrar em vigor 30 dias após ser publicada em “Diário da República” e atribui um prazo de seis meses para que sejam aprovados os diplomas para a concretizar, implicando a revisão dos regimes jurídicos aplicáveis às entidades do sector social e dos estatutos do Mecenato e de Utilidade Pública.

Pedro Passos Coelho, enquanto líder da Oposição no seu 1º Congresso como Presidente do PSD, em Cascais, no seu discurso inaugural, colocou pela primeira vez no centro do debate político a importância da Economia Social como instrumento fundamental de desenvolvimento harmonioso do País e, nessa altura, o PSD apresentou, na Assembleia da República, um projecto de Lei de Bases da Economia Social.

Importa salientar que após a vitória do PSD, a Economia Social teve também relevo central no Programa do Governo e foi ainda um dos temas principais das Jornadas Parlamentares do PSD em Setembro de 2011, no Fundão.

Na senda destas Jornadas Parlamentares, que contaram com a presença do vice-presidente do PSD e secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa, o Grupo Parlamentar do PSD, conjuntamente com o CDS/PP, apresentou na Assembleia da República uma nova iniciativa legislativa visando criar uma Lei de Bases da Economia Social.



Dez milhões de euros para o combate ao desemprego nas zonas mais vulneráveis

A Segurança Social vai disponibilizar dez milhões de euros para o combate ao desemprego em zonas mais vulneráveis. A verba será atribuída ao abrigo da assinatura de 80 novos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), directamente vocacionados para o combate ao desemprego, numa parceria entre Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, autarquias e instituições sociais.

As zonas afectadas por desemprego e pobreza elevados poderão beneficiar de um apoio até 300 mil euros, durante dois anos. Já as envelhecidas ou fortemente afectadas por calamidades receberão até 200 mil euros.

O apoio estende-se à formação e à qualificação, nomeadamente à criação de gabinetes de atendimento para a empregabilidade, em parceria com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, e a acções formativas para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego.

Criados em 2007 pelo ministério que tutela a Segurança Social, os CLDS promovem o combate à exclusão social e a pobreza em zonas mais vulneráveis.

A primeira vaga de Contratos Locais de Desenvolvimento Social vigorou entre 2010 e 2012, após um primeiro projecto-piloto.

Actualmente, estão em curso 79 projectos inseridos nos CLDS, abrangendo 18 concelhos.



Na passada semana, estiveram reunidos, na Sede Nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados, Dirigentes locais e Autarcas do PSD do Distrito de Faro, com o Secretário-Geral, Matos Rosa e os Vice-Presidentes Jorge Moreira da Silva (Coordenador da CPN) e Marco António Costa.

Conselho de Ministros em 13 de Março de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo.

Esta proposta de lei visa criar um quadro de previsibilidade e segurança jurídicas, permitindo uma eficaz arbitragem entre actividades concorrentes, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento económico do meio marinho, permitindo a coordenação das acções das autoridades públicas e da iniciativa privada, e conduzindo à minimização dos impactos das actividades humanas no meio marinho.

É criado o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo, bem como o regime jurídico de utilização espacial do domínio público no espaço marítimo nacional.

É igualmente salvaguardada a compatibilização com outros vectores já regulados, como seja o exercício de diversas actividades económicas que fazem uso privativo do espaço marítimo nacional. Por outro lado, não são prejudicados os títulos de utilização de recursos no domínio público marítimo emitidos ao abrigo de legislação anterior, nomeadamente os títulos de utilização do domínio público marítimo nas zonas piloto em vigor.

A simplificação do acesso ao licenciamento do uso do mar será conseguida através de uma desmaterialização, em plataforma electrónica, e pela integração dos diferentes controlos num só procedimento.

Realce-se que este regime visa garantir a protecção do meio marinho, bem como a criação de procedimentos claros, céleres e simplificados para o exercício de actividades no espaço marítimo nacional.

É ainda assegurada a articulação e compatibilização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional com outros instrumentos de ordenamento e planeamento com incidência no espaço marítimo.

2. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem dos prazos das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor.

O diploma agora aprovado coloca o seu principal enfoque no regime aplicável à mora do cliente bancário nos contratos de crédito celebrados, introduzindo diversas alterações em matéria de capitalização de juros, permitindo, mediante convenção das partes, a capitalização de juros remuneratórios, vencidos e não pagos, por períodos iguais ou superiores a um mês. No entanto, os juros remuneratórios que integram as prestações vencidas e não pagas só podem, relativamente a cada prestação, ser capitalizados uma única vez.

Proíbe-se a capitalização de juros moratórios, excepto no âmbito de processos de reestruturação ou consolidação de créditos, casos em que as partes podem, por acordo, adicionar aos valores em dívida o montante de juros moratórios vencidos e não pagos.

No que se refere à penalização aplicável em caso de mora, consagra-se um regime uniforme, mais claro e transparente, sendo apenas aplicáveis, em caso de mora do cliente bancário, juros moratórios.

Atenta a natureza indemnizatória subjacente aos juros moratórios, e considerando também a actualização dos seus limites máximos, proíbe-se a cobrança pelas instituições de crédito de comissões relativas ao incumprimento do devedor. Admite-se apenas que as instituições de crédito possam exigir, com fundamento no incumprimento, uma comissão única, delimitada quantitativamente, respeitante à recuperação de valores em dívida, a qual é devida apenas uma vez por cada prestação vencida e não paga, com limite mínimo de 12 euros e máximo de 150 euros.

3. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Regime do Crédito ao Consumo, transpondo uma directiva comunitária sobre contratos de crédito aos consumidores e estabelecendo os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efectiva global.

A alteração agora aprovada alarga a aplicação do regime referido, permitindo que algumas das suas disposições sejam usadas nos contratos de crédito sob a forma de facilidade de descoberto com a obrigação de reembolso no prazo de um mês e nas ultrapassagens de crédito.

São ainda actualizadas as regras para a determinação da usura nos contratos de crédito aos consumidores e definidos limites máximos para a taxa anual de encargos efectiva global (TAEG) aplicável aos contratos de crédito sob a forma de facilidade de descoberto com a obrigação de reembolso no prazo de um mês e para a taxa anual nominal das ultrapassagens de crédito. Paralelamente, impede-se que o credor exija comissões em caso de ultrapassagem de crédito.

Cria-se também a obrigatoriedade de envio de um extracto periódico aos clientes com crédito ao consumo, à semelhança do que sucede com o crédito habitação.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que procede à simplificação do regime de acesso e exercício da actividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos.

Esta proposta vem conformar o regime referido com os princípios e regras transpostos de uma directiva comunitária, relativa aos serviços no mercado interno, substituindo o licenciamento por uma mera comunicação prévia, revogando a comunicação anual de comprovação de requisitos e a obrigação de constituição de caução para garantia de repatriamento de trabalhadores colocados no estrangeiro, que passa a ser facultativa.

No sentido de uma maior responsabilização das agências, são reforçadas as contra-ordenações aplicáveis por incumprimento da lei e é consagrado um tipo de crime para os casos de colocação de trabalhadores no estrangeiro sem que a agência promova o respectivo repatriamento.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa.

Esta decisão transpõe uma directiva comunitária que altera a Lista Militar Comum, actualizando a definição dos produtos relacionados com a defesa que são objecto de controlo no âmbito da sua transmissão e circulação internacional.

Promove-se também o cumprimento do disposto no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), reforçando a cooperação e promovendo a convergência no domínio da exportação de tecnologia e equipamento militares, no respeito pelas obrigações e pelos compromissos internacionais de Portugal, nomeadamente, as sanções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou pela União Europeia, relativamente aos acordos sobre não proliferação e assuntos conexos.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que veio estabelecer o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais.

Mantendo-se a intenção de aplicação do novo regime às sociedades desportivas que pretendam participar em competições profissionais na época desportiva de 2013/2014, opta-se por antecipar a entrada em vigor para 1 de maio, de modo a que as sociedades desportivas em causa adaptem as suas estruturas atempadamente sem qualquer perturbação à época desportiva de 2013/2014, especialmente tendo em conta os respectivos prazos de inscrição.

7. O Governo aprovou uma resolução que determina a desafectação do domínio público militar de uma parcela de terreno, com a área de 27m², parte integrante do PM11/Tomar - "Quartel do Alvito", tendo em vista a sua cessão onerosa e a título definitivo à Câmara Municipal de Tomar.

Esta decisão tem como objectivo a reabilitação da E.N. 110, no troço entre a chamada Rotunda do Intermarché e o nó do IC 19.



O Secretário-Geral na apresentação do candidato à autarquia de Celorico da Beira

No passado dia 1, em Celorico da Beira (Distrito da Guarda) o Secretário-Geral Nacional, José Matos Rosa, presidiu à apresentação oficial de Manuel Portugal, como candidato à Câmara Municipal daquele município, na presença do Presidente da Distrital, Júlio Sarmiento, e de personalidades ligadas ao poder local e representantes partidários. Cabe aqui lembrar os resultados autárquicos das eleições autárquicas de 2009, em que o PS venceu com maioria absoluta de 53,2%, os independentes obtiveram 22,12% e a coligação PSD/CDS, 21,27%, um resultado que os partidos que apoiam o Governo têm fundadas esperanças de inverter, dada a gestão impopular e, segundo muitos, prejudicial – daqueles que no fim da década a receberam das mãos dos eleitores.

A sessão de apresentação foi aberta pelo nosso companheiro e Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa, que após cumprimentar o Presidente da Distrital e o Candidato, dirigentes locais e autarcas presentes, afirmou:

Caros amigos e companheiros, /.../ é com a maior honra que venho a Celorico da Beira estar entre amigos, com os quais partilho esta minha alegria sincera, na sessão de apresentação daquele que será o próximo Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira... Manuel Portugal!

Gostaria de saudá-lo pela disponibilidade e coragem em liderar uma equipa que irá mudar este concelho e as 22 freguesias desta bela terra da região da Beira Alta.

Celorico da Beira é um concelho cuja História se confunde com a História do nosso País.

É uma terra com um passado glorioso, e queremos, sobretudo, que construa um futuro de bem-estar, trabalho e justiça.

Cada um dos quase 8 mil habitantes de Celorico da Beira deve sentir que a sua Terra os quer, precisa deles em todas as batalhas.

Mas não queremos apenas um território de bem-estar; queremos uma terra amada pelos seus filhos, e que esta geração honre a grandiosa história dos seus antepassados.

Em Celorico da Beira, e nesta sala enche-se o coração de boa gente... da boa gente da Beira Alta!

Companheiros, eu acredito em Manuel Portugal. Um candidato que foi aprovado pelo Distrital do PSD - e aproveito para saudar a Distrital e o seu Presidente -, e homologado pela Direcção Nacional.

Há uma sintonia perfeita entre a escolha das bases e a homologação da direcção nacional.

Manuel Portugal é um homem de grandes capacidades profissionais, políticas e humanas, é um homem competente, justo e determinado, uma personalidade conceituada, homem independente, professor, presidente ao Agrupamento da Escolas de Celorico da Beira.

É um professor que conhece como ninguém o mundo das escolas, das crianças, jovens, as suas famílias – em suma, a realidade deste Concelho.

Em cada uma das 22 freguesias, as pessoas, os militantes e os nossos apoiantes estão preparadas para travar ao seu lado um combate, que reconhecemos ser de muito trabalho até às Eleições Autárquicas.

Estamos mobilizadas para que Celorico da Beira se afirme como um concelho de referência na Beira Alta e a unidade e a mobilização são a chave do nosso sucesso nas próximas eleições.

Quando, hoje, em Celorico, temos uma gestão desorientada e sem projectos, é a hora de provocar um virar de página num Concelho que tem vindo a perder população e competitividade, com um PS que não tem ideias, não tem coragem, não consegue definir uma Estratégia de Ambição.

Ora, num tempo de exigência, acreditamos em homens da grandeza de Manuel Portugal, que vai ser o protagonista da mudança.

Celorico é um concelho com grandes potencialidades



e pode captar investimento, pela sua localização geográfica e dotação de infra-estruturas rodoviárias.

Relembremos algumas palavras sábias do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, em 1974:

«O Povo Português tem muito bom senso e não se deixa levar por demagogia. Percebe perfeitamente o que está em jogo.»

Caros companheiros, as eleições autárquicas são fundamentais para:

- Aprofundarmos a democracia;
- Promovermos a coesão territorial;
- Fomentarmos o empreendedorismo de base local, inovando e arriscando, tirando partido dos talentos, da criatividade e das infra-estruturas;
- Assegurarmos a igualdade de oportunidades e a mobilidade social;
- Apostarmos na eco-eficiência e nas tecnologias limpas.

Nestes tempos de dificuldades, as reformas indispensáveis trazem sacrifícios para todos...

Vivemos tempos de dificuldades, e para responder aos erros que se cometeram, aos problemas resultantes de anos a fio de má decisão política, estamos a fazer reformas, muitas das quais trouxeram sacrifícios para as pessoas.

Os erros que os Socialistas cometeram perseguem-nos todos os dias...

- o endividamento progressivo;
- a má aplicação de fundos comunitários;
- a adopção de políticas erradas e trágicas – nas infra-estruturas, na formação e educação, na Saúde, e em geral, nas funções essenciais do Estado;
- a falta de coragem e incapacidade para reformar estruturalmente o Estado – na Justiça, na Administração Pública, no Estado Social,...
- a ausência de políticas consistentes dirigidas às Pequenas e Médias Empresas e à captação de investimento duradouro.

/.../ O Governo de Pedro Passos Coelho está a trabalhar para transformar Portugal.

Queremos reconquistar a nossa plena soberania financeira e recuperar o direito de fazermos escolhas inteiramente livres.

/.../Companheiros, nas vossas casas, nos vossos locais de trabalhos, nas ruas, nos cafés, nas redes sociais, na Internet... partilhem esta mensagem verdadeira: o único candidato capaz de construir obra para este concelho, desenhar um futuro para as próximas gerações de Celorico da Beira... é Manuel Portugal.

Estamos confiantes, acreditamos em Celorico da Beira! Viva Portugal!

*

Vibrantes aplausos seguiram as palavras de Matos Rosa e o ambiente geral foi entusiasmante, mostrando até que ponto o candidato Manuel Portugal reúne a confiança e a esperança dos eleitores de Celorico e – temos confiança – o voto vitorioso nas próximas autárquicas – Gab. PSD

7.ª avaliação do Memorando foi positiva para Portugal



O ministro das Finanças, Vítor Gaspar, deu no dia 15, a anunciada conferência de imprensa, no Ministério das Finanças, em Lisboa, para apresentar o resultado da sétima avaliação do programa de ajustamento económico e financeiro pela troika.

Em termos sintéticos, o Ministro disse:

PRINCIPAIS PONTOS (POSITIVOS):

- A avaliação foi positiva. “Em Abril de 2011 os portugueses perceberam a emergência do ajustamento. Os portugueses têm ultrapassado obstáculos com sacrifício”
- Os progressos alcançados e cumprimento do programa têm sido reconhecidos pelos nossos parceiros internacionais - “Portugal tem tido um desempenho exemplar, que é reconhecido pelos parceiros internacionais e pela troika”.
- “Os investidores internacionais têm confiança no cumprimento da dívida”
- Prevê-se crescimento da actividade económica a partir do 4º TRIM 2013
- “Este sétimo exame regular marca o princípio do fim do programa de ajustamento”
- A próxima fase do programa prevê o ajustamento e o relançamento da economia, no entanto é previsível a deterioração da actividade na área do Euro.
- A aposta para 2014 é na sustentabilidade, no relançamento do investimento e recuperação económica, os próximos passos do programa.
- Portugal tem mais um ano para cumprir metas do défice orçamental – “foi possível conciliar alguma flexibilização de algumas metas nominais e mantendo o envelope financeiro do programa”.
- “Portugal vai começar, finalmente, a reduzir a dívida externa”
- “A procura interna e oferta externa estão finalmente alinhadas”
- Corte de 4 mil milhões de euros será diluído por 3 anos
- Não haverá agravamento de austeridade - “as medidas de austeridade que serão tomadas” são as que constam no programa de ajustamento português, estando afastada assim a implementação de mais austeridade.
- Programa de privatizações continua e irá progredir:
 - 1- CTT será concluído no 2º TRIM 2013
 - 2 - CP Carga, TAP e Gestão de Resíduos da Águas de Portugal serão iniciados até ao final do ano
- Reforma do IRC:
 - 1 -O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, afirma que o objectivo é tornar o IRC num imposto mais moderno, competitivo e estável. Diz ainda que é vital reforçar os benefícios fiscais para atrair investimento estrangeiro para Portugal.
 - 2 - Um dos aspectos destacados pelo governante foi “a redução efectiva das taxas aplicáveis de forma progressiva”.
 - 3 - Vítor Gaspar explica que para a recuperação económica a possibilidade de utilizar um estímulo fiscal é um “elemento potencialmente importante” mas não é o único. “O que está em causa é uma estratégia integrada que vise a melhoria das condições de financiamento”, acrescenta.
 - 4 - Até ao fim de Junho também será apresentada a proposta da comissão para a revisão do IRC.
- “O processo de ajustamento tem ocorrido ao longo do tempo de forma sustentada. Hoje as condições de financiamento têm melhorado, o que nos permite perspetivar uma saída sustentada do programa”

Outros pontos essenciais (negativos / menos positivos):

- Eurostat rejeitou que a receita da concessão da ANA fosse considerada para efeitos do défice.
- O desemprego é o maior flagelo social e vai agravar nos próximos anos.
- Não há margem para reduzir austeridade actual (baixar o défice em 1,5 pontos ao ano em 2014 e 2015 implica poupanças anuais na ordem dos 2500 milhões de euros).
- Governo avança com 20 mil despedimentos por acordo amigável na Função Pública

(50% deverão ser docentes) - a ideia é recuperar 400 milhões de euros de despesa do Estado, usada em salários dos trabalhadores do Estado.

- Cortes nos ordenados e nas pensões são para ficar até 2015
- Mercado de Trabalho / indemnizações por despedimento (uma das questões que levou a maior discussão com a troika):
 - 1 - Novos contratos – 12 dias por cada ano de trabalho
 - 2 - Outros contratos – 18 dias por ano nos primeiros 3 anos e, a partir daí, 12 dias por cada ano de trabalho
 - 3 - Limite máximo de 12 meses
 - 4 - Novas regras entram em vigor até Outubro de 2013

ENQUADRAMENTO:

Revisão do cenário macroeconómico exigiu uma avaliação difícil de forma a adequar a consolidação orçamental ao crescimento da actividade económica. É preciso ponderar a sustentabilidade das finanças públicas e a capacidade de financiamento do tesouro (que dívida o Tesouro consegue financiar). Esta matéria foi de intensa consulta com a troika e o resultado foi o seguinte:

- 1 - Princípio fundamental (aceite por todas as partes) é que, precisamente na linha com o que está acordado a nível europeu, o esforço de consolidação orçamental deve ser avaliado em termos estruturais – o saldo primário estrutural é um referencial que permite que o esforço de consolidação orçamental seja diluído no tempo. As medidas para 2013 são as que estavam já previstas no programa, aumentadas com as medidas de poupança orçamental adicionais (anunciadas no verão de 2012) e que foram sendo anunciadas ao longo do tempo – exercício ainda a decorrer.
- 2 - Uma das principais razões para esta revisão em baixa do PIB é a diminuição do contributo das exportações para o crescimento económico numa altura em que a zona euro também está em contracção. Este aprofundar da recessão este ano e da mais lenta recuperação nos próximos anos ajuda a explicar a revisão em alta do desemprego ao longo destes anos.

Citações de Vítor Gaspar:

- 1 “Portugal no princípio do programa não tinha nenhuma margem de manobra, mas há medida que o programa foi sendo executado, foi possível conciliar alguma flexibilização de algumas metas nominais e mantendo o envelope financeiro do programa.”
- 2 (Mais um ano para cumprir a meta do défice abaixo dos 3%) “Não se trata de mais tempo, nem de mais dinheiro, mas sim de alargar prazo para consolidação orçamental” de modo a atingir défice dentro dos limites.
- 3 “Apesar de uma ligeira recuperação no fluxo de crédito, as taxas de juro continuam elevadas nos vários sectores da economia, que afectam sobretudo as PME, que são mais dependentes do crédito bancário”
- 4 “A disciplina financeira é essencial para o futuro de Portugal.”
- 5 “Este sétimo exame regular marca o princípio do fim do programa de ajustamento”
- 6 “Nesta avaliação foi necessário adequar o ritmo de consolidação orçamental à evolução macroeconómica.”
- 7 “Foi um exame difícil e demorado, em que foram discutidas as novas circunstâncias o que resultou na revisão dos limites orçamentais. Só possível, contudo, porque Portugal demonstrou determinação. Foi possível manter o envelope financeiro constante, e conseguir uma maior flexibilidade”.
- 8 “Sem equilíbrio orçamental e sem redução sustentada da dívida pública não haverá condições para um Portugal onde possa haver crescimento sustentado, competitividade e criação de emprego”
- 9 “A criação de um consenso nacional é fundamental para o nosso futuro colectivo”, defende o ministro das Finanças, lembrando que o ajustamento orçamental vai manter-se além do programa, sendo que o esforço para o alcançar é de grande dimensão. - Fonte: Gabinete do Min. Finanças.

Matos Rosa abriu o XVII Congresso da JSD/Açores

“Queremos reconquistar a nossa plena soberania financeira”

Cláudio Almeida foi reeleito presidente da JSD/Açores, ao ver aprovada no XVII congresso regional, que decorreu em Ponta Delgada, a sua moção global de estratégia, intitulada “Novos Desafios, Novas Atitudes”.

A moção do líder dos jovens sociais-democratas açoriana foi aprovada com 94 por cento dos votos dos congressistas.

O XVII congresso regional da JSD/Açores, que decorreu em Ponta Delgada, elegeu também os novos órgãos da organização de juventude.

Cláudio Almeida vai presidir à comissão política regional, tendo como vice-presidentes Wilson Ávila, António Horta Lopes, Mafalda Ponte, João Paulo Moniz e Rui Filipe Melo, sendo Daniel Pavão o novo secretário-geral da JSD/Açores.

No encerramento do Congresso, o recém-eleito Presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, afirmou que os eleitores do maior município da Região vão escolher nas próximas eleições autárquicas entre um candidato social-democrata açoriano “com uma grande força ética” e alguém “cansado por 16 anos de governação e que não queria ser candidato”.

Duarte Freitas, aconselhou os jovens a não se resignarem e a escolher quem melhor pode fazer por Ponta Delgada: “é preciso saber se os jovens deste concelho, nas próximas eleições, querem ter José Contente ou José Manuel Bolieiro. Se querem ter alguém cansado de 16 anos de governação, como o candidato socialista; ou um jovem com novas ambições e com uma grande força ética e política como é José Manuel Bolieiro”.

Duarte Freitas lamentou também “a situação difícil em que se encontram os Açores por responsabilidade do PS”, recordando que a juventude da Região tem sofrido particularmente os efeitos dessa má governação, como se comprova pelos números dramáticos de 40 por cento da taxa de desemprego jovem.

“De que nos serve dizer que os Açores são a região que mais executa os fundos comunitários se depois somos aquela onde mais cresce o desemprego?”, perguntou.

Duarte Freitas considerou, por isso, que o governo regional socialista está a “cavar ainda mais” a austeridade na região exemplificando essa posição com “as receitas do IRS que em 2012 caíram 43 por cento nos Açores contra os 17 por cento no contexto nacional, ao passo que no IVA a queda nacional foi de dois por cento contra os 14 por cento dos Açores”.

O presidente do PSD/Açores reafirmou a “total disponibilidade” do partido para colaborar na procura de soluções para os graves problemas que os Açores atravessam: “todos estamos convocados com muita responsabilidade, os jovens em primeiro lugar e a JSD/Açores à frente destes jovens, para travar a espiral recessiva acrescida que se vive nos Açores e dar um pouco de esperança aos jovens de cada uma das nossas ilhas”.

O Secretário-Geral iniciou o Congresso

O primeiro discurso do Congresso, e que marcou a abertura dos trabalhos, foi proferido pelo Secretário-Geral Nacional, José Matos Rosa, que, após cumprimentar a Vice-Presidente da Mesa do Congresso, Maria João Câmara, o Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, Bruno Rodrigues, o Presidente da JSD/Açores, Cláudio Almeida, o Presidente da JSD Nacional, Hugo Soares. Outros dirigentes e os congressistas em geral, disse: «Na abertura do XVII Congresso Regional da JSD/Açores, gostaria de dirigir uma palavra de sentido afecto e de profundo pesar às famílias das vítimas do deslizamento de terras, ocorrido na freguesia de Faial da Terra, em São Miguel.



Quero saudar a melhor e maior estrutura partidária representativa dos jovens açorianos: a JSD/Açores. É na JSD/Açores que encontramos mulheres e de homens que marcam a acção política nas 9 ilhas desta bela Região Autónoma.

Acção política diária, e contínua, exemplo do espírito de inconformismo, de jovens comprometidos com o bem-estar das populações, a defesa da solidariedade e

a dignidade da pessoa.

Na JSD, buscamos as utopias, a conquista de impossíveis, não há limites na capacidade de sonhar.

O mundo só muda quando arriscamos com as nossas ideias, quando pensamos pela nossa própria cabeça... e na Jota somos iguais a nós próprios: livres e responsáveis!

Queremos um mundo que crie oportunidades para todos e o que pedimos aos jovens açorianos é que sejam uma força viva do pensamento e da discussão dos temas políticos regionais e nacionais, dos problemas que nos afectam no quotidiano. A JSD-Açores é a fonte do PSD! E a Juventude é o maior trunfo de Portugal! É pois, com muita honra, que participo na sessão de abertura do Congresso Regional da Juventude Social Democrata dos Açores.

Caros congressistas, o XVII Congresso Regional tem como lema “Atitude, Juventude e Acção”. Os jovens são o substrato representativo da atitude, juventude e acção e os jovens do PSD/Açores estão neste Congresso para reposicionar o papel da Política, afirmar a solidariedade inter-geracional, defender a solidariedade regional e responder aos desafios que se colocam às 9 ilhas.

Os Açores são também Portugal! E Portugal só existe com os açorianos. Com todos: de São Miguel, Faial, Pico, Graciosa, Corvo, Terceira, Santa Maria, Flores e São Jorge...

O nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, afirmava em 1980: «O Governo associa, de modo indissolúvel, o desenvolvimento da autonomia regional dos Açores... e o aprofundamento da unidade e da solidariedade nacionais.»

Os Açores podem ajudar Portugal a sair da crise, com as suas vastas potencialidades: o mar, a fauna e a flora, a biodiversidade, as energias alternativas, a agricultura,



a pecuária, o património histórico e a localização geográfica.

As empresas açorianas, a Universidade dos Açores, as Autarquias, as Freguesias, as Instituições Sociais, as associações de estudantes, todos podem afirmar-se como actores privilegiados no desenvolvimento desta Região.

Reparem neste dado importante: nos últimos 15 anos, o Governo Regional do Partido Socialista gastou mais de 25 mil milhões de euros, o que dá mais de 100 mil euros por cada açoriano. No entanto, os resultados obtidos ficam muito aquém dos recursos aplicados.

Chegou a hora de dizer: Basta!

Os jovens projectam a ambição de aprofundarmos a autonomia do Arquipélago e de corrigir as assimetrias em relação ao Continente. Em vós, jovens, reside sobretudo a capacidade de fazer a diferença.

/.../ Gostaria de aproveitar este momento, para saudar o nosso companheiro Duarte Freitas, recém-eleito Presidente do PSD/Açores, no Congresso de Janeiro.

Por questões da agenda, não participei no XX Congresso Regional, e no qual o nosso PSD foi muito bem representado pelo Vice-Presidente, Jorge Moreira da Silva, e pelo próprio Presidente do nosso Partido.

Duarte Freitas lidera uma equipa, que se organiza e trabalha para encontrar as respostas para lidar com estes “tempos de emergência regional”.

Duarte Freitas é um líder promissor, e servirá, com dignidade e inteligência, o PSD/Açores. Conte com o nosso apoio!

Duarte Freitas estará com todos os açorianos, e em particular, com aqueles que “vivem na angústia de não conseguir encontrar ocupação, e com quantos hoje sofrem as consequências da crise financeira do regime autonómico”.

Duarte Freitas será, como afirmou em Congresso, “a voz firme e empenhada para denunciar as injustiças, para sinalizar ineficiências” no Arquipélago.

À reflexão sobre o que significa ser-se açoriano e ser social-democrata nos Açores, nós podemos responder: Duarte Freitas é um açoriano e um social-democrata de corpo e alma.

Companheiros, é com alegria que venho testemunhar a abertura deste Congresso. Cada Congresso escreve uma página única na história da JSD/Açores e JSD-Nacional.

São dez lideranças regionais, representadas por dez protagonistas da afirmação dos valores da JSD.

É a JSD/Açores, de Joaquim Ponte, Rolando Lalanda Gonçalves, Mário Belo Maciel, Vítor Cruz, Ana Carolina Cruz, Vítor Fraga, José Luís Pontes, José Leal, Berto Cabral e Cláudio Almeida.

Companheiros, a cada um de vós - e são 120 congressistas que participam neste Encontro -, quero dizer-vos que o fortalecimento da democracia passa pela reinvenção dos partidos e é na Juventude que encontramos novos espaços de renovação do panorama político-partidário.

Eu não alinho no discurso pessimista sobre jovens.

Os jovens são a Esperança de Portugal!

Vão ser debatidas 13 moções temáticas, versando sobre os mais diversos assuntos: o abandono escolar, o desemprego, a juventude, o turismo, o desporto e a agricultura...

É nas gerações mais novas e na sua energia que depositamos toda a confiança para lidarmos com os problemas do nosso País.

Eu não alinho no discurso pessimista sobre jovens... a geração rasca ou maldita. Os jovens são a Esperança de Portugal!

Os nossos jovens sabem sobre quem recai a responsabilidade de termos chegado à pré-bancarrota...

/.../ Vamos ter Eleições Autárquicas este ano. A JSD/Açores, em conjunto com as várias estruturas do PSD/Açores, assumem um papel determinante na preparação deste grande desafio. Eu confio nos jovens da JSD/Açores. A JSD/Açores sabe apresentar ideias. A JSD/Açores pode fazer com que a Juventude se sinta parte efectiva de um projecto político de proximidade, de inovação e mobilização.

Queremos que os jovens integrem as listas às Autárquicas. Escolham os melhores, e os melhores estão na JSD!

Já repararam que, na moção que António José Seguro leva ao Congresso do PS, os Socialistas admitem que vão perder as Eleições Autárquicas?

A 6 meses da votação, os nossos adversários já se conformam com a derrota... porque eles temem o nosso trabalho, os nossos projectos, as nossas ideias, as nossas equipas...

Mas além da palavra “perder”, António José Seguro tem outro verbo preferido: pedir. Mais tempo, mais dinheiro, e calcule-se, depois de pedir essas duas coisas, pede ... menos juros! Eles pedem tudo e não propõem nada!

Eles não sabem o que é gerir um País, porque se soubessem não teríamos chegado à crise que estamos a viver. Foram eles que nos desgovernaram! É a eles a quem os jovens devem pedir contas.

/.../ Companheiros, o Governo de Pedro Passos Coelho está a trabalhar para transformar Portugal. Queremos reconquistar a nossa plena soberania financeira e recuperar o direito de fazermos escolhas inteiramente livres.

A 7.ª avaliação do Memorando foi positiva, apesar das grandes dificuldades da conjuntura internacional e nos seus inevitáveis reflexos na nossa recuperação, principalmente nas nossas exportações. Mesmo assim, os progressos alcançados, através do cumprimento do Programa e da concretização de reformas estruturais, têm sido reconhecidos pelos nossos parceiros internacionais. Os investidores internacionais têm confiança no cumprimento da dívida.

A aposta para 2014 será na sustentabilidade, no relançamento do investimento, recuperação económica. Portugal dispõe mais um ano para cumprir metas do défice orçamental e vamos começar a reduzir a dívida externa.

Em Portugal o horizonte “pós-troika”, assente em três dimensões estruturais:

- a modernização e redefinição das funções do Estado com o objectivo de reduzir, estruturalmente, a despesa pública; reforçar as condições de justiça social e de igualdade de oportunidade; modernizar e qualificar os serviços públicos; e valorizar o dinamismo, a autonomia e a vitalidade da sociedade;

- a concretização de uma política fiscal, designadamente a reforma do IRC, mais alinhada com os objectivos do crescimento e emprego;

- e a adopção de uma estratégia de investimento selectivo e reprodutivo, identificando sectores prioritários, reforçando o papel da inovação e do empreendedorismo na criação de valor económico e social e criando as condições de maior captação de investimento externo e privado.

Companheiros, Não podíamos persistir no estado



de negação em que nos encontrávamos: de não fazer reformas, de não agir nas Finanças, na economia, na Justiça, nas instituições e na sociedade.

Sobre nós, recaem 8 mil milhões de euros de juros da nossa dívida pública que estamos a pagar... /.../

Jovens bons da JSD, o desemprego preocupa-nos, e muito!... Tira-nos o sono por sabermos que uma pessoa não encontra trabalho, por sabermos que temos jovens qualificados sem perspectivas de futuro...

Mas é justo atribuímos essa responsabilidade ao actual Governo?

Foi este Governo que nos levou ao resgate de 78 mil milhões de euros?

Vamos então valorizar o que estamos a fazer de bom! Não podemos ceder à tentação de abrandar na exigência ou de voltarmos aos erros do passado. A democracia portuguesa e a soberania de Portugal dependem da nossa determinação.

Acabou o canto enganador da sereia da dívida! Acabou a acção constante de adiar e ... deixar tudo na mesma!

Na JSD, somos os melhores! Com os melhores vamos vencer as próximas Eleições Autárquicas.

O que se pede à JSD/Açores é que continue a ser uma voz crítica, irreverente e fiel ao seu programa político-social e à sua marca genética:

Aos ideais, aos princípios da social-democracia, a capacidade e ao mérito, á justiça humana, á liberdade,

Como em Fernando Pessoa: “Primeiro sê livre; depois pede a liberdade”.

O sucesso de um povo depende da liberdade dos jovens. Sejam livres e depois peçam mais liberdade! E deste Congresso, vamos sair mais fortes e mais livres. Viva a JSD dos Açores, vivam os Açores

- Fonte: Audiovisuais do PSD

Luís Montenegro

“O PS anda muito distraído e muito isolado”

No debate preparatório do Conselho Europeu, dia 13, Luís Montenegro lamentou que o secretário-geral do PS, António José Seguro, se tenha colocado à margem de todos os líderes europeus. “Parece que é possível haver processos de consolidação orçamental em que, simultaneamente, não é necessário adoptar medidas de contenção e de austeridade, não é necessário aumentar impostos e também não é necessário diminuir a despesa. Há uma fórmula nova que PS descobriu. E a coisa deve-se pegar porque todos os líderes europeus, até os socialistas, têm uma visão diferente. Das duas uma, ou andam todos distraídos ou então é mesmo o PS que anda muito distraído e muito isolado nesta discussão”, criticou Montenegro.

No âmbito de mais um debate preparatório do Conselho Europeu, que contou com a presença do Primeiro-Ministro, os deputados do PS anunciaram que os resultados alcançados não devem ser comunicados aos parceiros europeus (diminuição em 13 mil milhões da despesa pública, redução em 6 por cento do défice estrutural, eliminação do défice externo, trajectória consistente do aumento das exportações, descida das taxas de juro), Luís Montenegro destacou que “se calhar, não é preciso dizer isto aos nossos parceiros europeus porque eles sabem, têm sido eles os primeiros a reconhecer esse esforço, todos eles, de todos os quadrantes políticos, e, mais uma vez, só o PS em Portugal é que não é capaz de verificar esta realidade”.

Centrando-se no Conselho Europeu, o parlamentar declarou que esta reunião vai focar-se na concretização das estratégias e medidas que têm vindo a ser trabalhadas no sentido da estabilização financeira da Europa e no sentido de estimular a actividade económica, a criação de riqueza e a criação de emprego. Luís Montenegro defende que é necessário que estas medidas cheguem à economia real e que, no caso de Portugal, é importante que tenhamos a capacidade de prosseguir o nosso programa de reformas estruturais e de os conjugar com o apoio muito intenso ao tecido económico, às micro e Pequenas e Médias Empresas. “Esse apoio ao tecido económico pressupõe o acesso ao crédito e políticas activas de emprego que possam estimular a contratação e possam combater o elevado desemprego, em especial o dos mais jovens. Por isso, o programa da União Europeia para os oito países que vivem de forma mais acentuada este flagelo e também a estratégia de aplicação de fundos comunitários no próximo quadro financeiro plurianual são importantes instrumentos financeiros que nós não devemos desperdiçar”, enfatizou.

O presidente do grupo parlamentar do PSD lembrou que cerca de 30 milhões de empregos na União Europeia dependem da actividade das empresas para fora da Europa e os vários benefícios destas exportações. Contudo, lamentou, “muitas vezes as empresas portuguesas esbarram em regras comerciais e aduaneiras que muitas vezes bloqueiam o exercício da sua actividade”.

“A saída na Europa não se constrói com as vozes de lamento permanente ou de protesto inconsequente. A Europa pressupõe que tenhamos capacidade de procurar e atingir consensos, que todos tenhamos a capacidade de, de forma solidária, nos podermos reunir em torno de estratégias e de programas que tragam bem-estar a todos nós. Estarmos isolados neste debate, como alguns propõem, não contribui para que possamos alcançar esse consenso e para que possamos tirar vantagem para a vida das nossas empresas e famílias. Por isso, termino dizendo que a oposição em Portugal que não está disponível para poder colaborar nas reformas estruturais, que não está disponível para poder reforma o Estado e os serviços

públicos, pode reclamar, pode protestar, mas não contribui para encontrar soluções. Não contribui para que os mecanismos de solidariedade e de criação de igualdade de oportunidades possam ser atingidos. Para Portugal é muito importante ser um agente activo do consenso europeu em torno das grandes causas da Europa, entre as quais está o crescimento económico e a criação de emprego. Mas, há uma parte que depende de nós e uma outra que reside na colaboração que podemos dar para que todo o espaço europeu possa ter uma trajectória de crescimentos sustentado. Em ambos os desafios é preciso coragem. É para isso que aqui estamos, é isso que esperamos que possa resultar desta reunião, sabendo que outros estarão, por opção própria, contra tudo aquilo que possa ser alcançado”, disse.





Depois do Congresso do Entendimento e da Coesão

PSD SERÁ CADA VEZ MAIS O MAIOR PARTIDO PORTUGUÊS



O IX Congresso Nacional do PSD, o congresso do Entendimento e da Coesão, definiu uma estratégia clara sustentada na situação política — económica em que, necessariamente, estamos inseridos. Três são os grandes objectivos nacionais: rever a Constituição, entrar na CEE e regionalizar o continente.

As tarefas são imensas. Mas, depois de extraordinária afirmação de determinação, firmeza e força, esperança num futuro melhor está renascida. O PSD, o maior partido nacional e a principal força política da Aliança

Democrática, combaterá convictamente a ameaça totalitarista que os comunistas pretendem manter viva e actuante, para destruir a democracia, o pluralismo, enfim, a própria liberdade dos portugueses.

A social democracia está viva e o congresso do Entendimento e da Coesão não deixou sobre isso, quaisquer dúvidas. Por isso, as múltiplas frentes de combate não serão abandonadas. Até à vitória final, isto é, até à construção da democracia plena, realização do bem-estar social, até à redignificação definitiva de um Portugal próspero, livre e independente — europeu, de pleno direito.

Balsemão aos militantes:

Saímos deste Congresso mais seguros mais fortes e mais determinados

- *Rever a Constituição, regionalizar e aderir à CEE*
- *Temos de manter a nossa dinâmica de Partido de massas e interclassista*
- *Estratégia do PC já não ilude ninguém*
- *Evocação de Sá Carneiro intima-nos a avançar mais unidos ainda para o futuro*

Afirmção do poder local é fundamental para o crescimento sustentável

Ricardo Rio, líder da coligação “Juntos Por Braga” e Assunção Cristas, vice-presidente do CDS-PP, foram os oradores numa conferência subordinada ao tema “Ordenamento do Território - Desenvolvimento das Cidades”. A iniciativa realizou-se em Braga, dia 16, e teve uma participação muito activa do público, que ao longo da sessão levantou várias questões aos oradores. Assunção Cristas aproveitou, esta deslocação, para subscrever a candidatura de inscrição do Bom Jesus do Monte na Lista de Património Mundial.

Durante a sua intervenção, Ricardo Rio salientou que, nas actuais circunstâncias, é fundamental que exista uma afirmação crescente de um poder local “dinâmico” e capaz de concretizar os “anseios” dos cidadãos. “As dificuldades de gestão da administração central fazem com que a tendência natural seja o reforço da capacitação e das competências do poder local, com um maior equilíbrio na distribuição de recursos entre o que é gerido centralmente e localmente”.

Para o candidato à presidência da Câmara Municipal de Braga, prevalece ainda uma lógica de centralização nas decisões e na atribuição de recursos em termos de investimentos que tem de ser rapidamente corrigida. “Essa é uma realidade que necessita de ser alterada, sob pena de se colocar em causa a capacidade de intervenção de cada uma das cidades e até o potencial de desenvolvimento de todo o território”, alertou, salientando que a lei das finanças locais não é capaz de estimular a “capacidade empreendedora e o espírito de iniciativa” das autarquias locais, de as “responsabilizar pela positiva” e também de permitir que não sejam tão dependentes de “estratégias erróneas” do ponto de vista do desenvolvimento local.

Estímulo da actividade económica é a “prioridade das prioridades”

O líder da coligação expressou também o desejo de tornar a cidade mais competitiva e de apostar no estímulo da actividade económica, que considerou a “prioridade das prioridades”. “Seja por uma questão de geração e aproveitamento de recursos, seja pelo combate

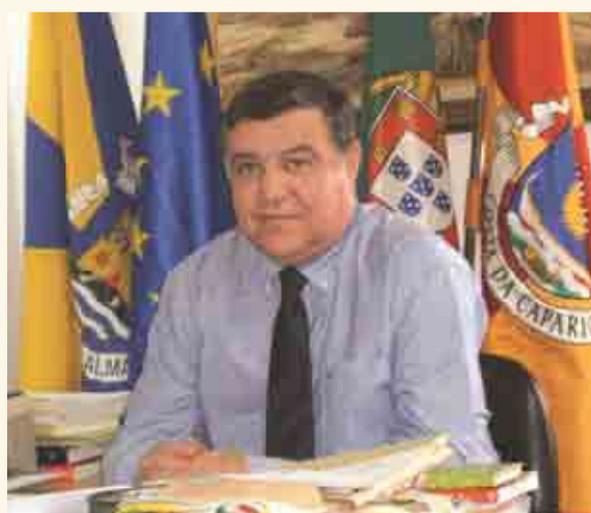


ao desemprego – que é um enorme flagelo social -, seja pela capacidade de fixação das populações e atratividade desses mesmos recursos, é essencial que Braga possa ser competitiva do ponto de vista económico”, garantiu, frisando que para atingir esse desígnio é fundamental uma ligação mais forte com a Universidade e com as associações empresariais e comerciais, assim como um reforço do investimento em termos de espaços de incubação de empresas e de captação de investimentos.

Por fim, Rio alertou para o facto de Braga necessitar urgentemente de um conjunto de estratégias de crescimento que valorizem os seus focos de competitividade - e que nunca teve durante os anos de governação do executivo socialista da câmara. “Está na altura de reco-

meçar. A cidade cresceu sem saber para onde ia e sem saber como se poderia tornar mais rica, aproveitando os recursos que ia gerando. Temos de começar por definir uma visão da governação municipal a longo prazo e com objetivos claros e mensuráveis”, afirmou, criticando o facto de a autarquia continuar a esbanjar recursos de forma irresponsável e muito pouco rigorosa: “Não se pode gastar oito milhões de euros numa piscina olímpica que não sai da estrutura e que não serve absolutamente ninguém, ao mesmo tempo que se deixa fugir uma valência capaz de atrair enorme riqueza turística como era a Bracalândia. Isto releva o desnorte e a incapacidade da Câmara Municipal em gerir racionalmente os recursos que tem ao seu dispor”.

António Neves é o candidato do PSD à Câmara Municipal de Almada



António Neves, 59 anos, presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica desde 1997 (eleito para quatro mandatos consecutivos) e ex-vereador do Turismo da Câmara Municipal de Almada é o candidato do PSD a presidência da Câmara Municipal de Almada.

O PSD aposta num autarca de reconhecidos méritos, que tem sido um exemplo de dedicação, de defesa dedicada dos interesses da sua terra, e que tem afirmado o exercício dos seus mandatos, com o objectivo claro de lutar para o desenvolvimento económico e social das pessoas, das empresas e do território.

O actual presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, conhecido pelo amor incondicional à sua freguesia e à defesa do seu futuro, irá agora liderar um projecto que procura devolver um futuro mais harmonioso, equilibrado e assente na criação de riqueza que possa ser colocada ao serviço de todos os cidadãos do concelho de Almada.

Defendendo que o futuro do concelho de Almada está na capacidade de atrair novas empresas e na criação de mais empregos, o candidato do PSD apresenta desde já a proposta de redução para metade da derrama para empresas com facturação acima de 150 mil euros (mantendo a actual isenção para empresas com facturação menor do que este montante). Em conjunto com uma política de licenciamento mais eficaz, acesso a terrenos, bem como a criação do Parque Empresarial e Tecnológico da Caparica, estarão lançados os alicerces para existirem mais empresas e, logo, mais empregos.

Ao mesmo tempo, irá ser desenvolvido um Programa de Apoio Social, sobretudo na vertente de reintegração profissional para procurar combater focos de exclusão, numa iniciativa que deverá ser desenvolvida, de forma

privilegiada, com as instituições de solidariedade social.

É compromisso do candidato do PSD desenvolver os passos necessários que conduzam à extinção da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada (ECALMA).

Governo socialista agrava austeridade nos Açores



O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, defendeu sábado, dia 16, em Ponta Delgada, que os eleitores do maior município da região vão escolher nas próximas eleições autárquicas entre um candidato social-democrata açoriano “com uma grande força ética” e alguém “cansado por 16 anos de governação e que não queria ser candidato”.

Duarte Freitas, que falava na sessão de encerramento do XVII Congresso da JSD/Açores, aconselhou os jovens a não se resignarem e a escolher quem melhor pode fazer por Ponta Delgada: “é preciso saber se os jovens deste concelho querem ter José Contente ou José Manuel Bolieiro. Se querem ter alguém cansado de 16 anos de governação como o candidato socialista ou um jovem com novas ambições com uma grande força ética e política como é José Manuel Bolieiro”.

Para o presidente dos sociais-democratas açorianos, existem grandes diferenças entre José Manuel Bolieiro, “que é o presidente da câmara, quer ser e vai ser o presidente da maior autarquia dos Açores”, e o candidato socialista “José Contente, que não é, não queria ser, nem vai ser presidente da câmara”.

A candidatura do PS à câmara de Ponta Delgada foi decidida contra a vontade do próprio candidato. “Todos sabemos que José Contente queria estar no lugar de Vasco Cordeiro como presidente do governo regional e

não conseguiu. Depois queria ser presidente da assembleia legislativa, mas também não conseguiu porque o PS não quis. Agora diz que quer ser presidente da Câmara, mas esse desejo não é pelos cidadãos de Ponta Delgada. A sua candidatura serve apenas para compensar os desgostos que tem tido com o PS nos tempos recentes”.

Duarte Freitas lamentou também “a situação difícil em que se encontram os Açores por responsabilidade do PS”, recordando que a juventude da Região tem sofrido particularmente os efeitos dessa má governação, como se comprova pelos números dramáticos de 40 por cento da taxa de desemprego jovem.

“De que nos serve dizer que os Açores são a região que mais executa os fundos comunitários se depois somos aquela onde mais cresce o desemprego?”, perguntou.

O presidente do PSD/Açores reafirmou a “total disponibilidade” do partido para colaborar na procura de soluções para os graves problemas que os Açores atravessam. “Todos estamos convocados com muita responsabilidade, os jovens em primeiro lugar e a JSD/Açores à frente destes jovens, para travar a espiral recessiva acrescida que se vive nos Açores e dar um pouco de esperança aos jovens de cada uma das nossas ilhas”.

Governo regional deve ser coerente e aprovar proposta de apoio aos desempregados



O presidente do PSD/Açores desafiou o Governo Regional e o Partido Socialista “a darem corpo à disponibilidade que afirmam ter de colaborar para lutar contra a crise aprovando a proposta que o PSD/Açores apresentou para a criação de medidas de apoio complementares aos desempregados da Região, em especial aos que se encontram em situação de insolvência”.

Duarte Freitas, que falava aos jornalistas no final de um encontro de trabalho com dirigentes da CGTP/Açores, dedicado ao Plano e Orçamento para 2013, pediu, por isso, “ao PS e ao Governo Regional para que sejam consequentes com a sua disponibilidade e preocupação para o diálogo e aprovem a nossa proposta”.

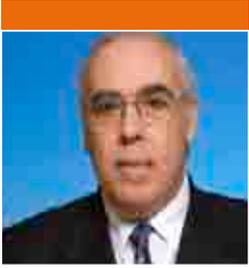
A proposta de decreto legislativo regional apresentada já no parlamento regional pretende implementar um programa de medidas de apoio a desempregados, nomeadamente com a criação de um regime complementar de apoio ao subsídio de desemprego.

Esta proposta pretende criar mecanismos de combate à quebra de rendimentos dos agregados familiares, em particular nos casos em que ambos os conjugues se encontram sem trabalho.

Duarte Freitas revelou que esta é uma posição “coerente” com o anúncio da abstenção do PSD/Açores na votação do Orçamento e Plano para 2013. Para Duarte Freitas a proposta do PSD/Açores permite “ver se da parte da maioria socialista e do Governo existe a mesma atitude positiva”.

Duarte Freitas recordou que a economia da região travou “mais a fundo” do que no país em 2012. “Em vez dos órgãos de Governo próprio estarem a contribuir para travar a austeridade e a crise, infelizmente, é ao contrário, estão a cavar cada vez mais a austeridade e a crise que temos a nível nacional e internacional”, disse.

De facto, acrescentou, a taxa de desemprego nos Açores em 2012 “subiu mais do que em qualquer outra região do país” e registou-se uma quebra muito acentuada nos impostos superior à média nacional. No IVA enquanto a nível nacional quebrou dois por cento, nos Açores esta redução foi de 14 por cento. “Isto quer dizer que a nossa economia travou muito mais a fundo do que no país”, concluiu Duarte Freitas.



O Papa Francisco

Ângelo Correia (*)

Quando Estaline desdenhou do poder do Papa de Roma, justificou essa atitude questionando quantas divisões militares ele comandava. É óbvio que o Poder Papal não se media nem mede nesses termos, e Estaline sabia-o, mas convinha-lhe ignorar a natureza da Igreja Católica.

Em geral, o Poder dos Estados engloba várias formas, desde o militar, o político, passando pelo económico-financeiro.

O Poder do Estado do Vaticano apenas pode ser associado a valores espirituais.

Os realistas apenas acreditam naqueles poderes, mas os idealistas crêem que na gestão das coisas do Mundo os princípios, as referências e os valores também contam.

É aí que está a força da Igreja e do seu Papa.

Mas, a escolha do nome Francisco, sendo uma opção predominantemente eclesial, é também política. É eleger um santo que mudou as narrativas da Idade Média ao cortar com a escolástica, ao privilegiar a santidade em vez da exibição do Poder e da Força, ao considerar a pobreza como a referência a merecer privilégio, o constituir-se como um pós-moderno na defesa da natureza, na medida em que o amor aos homens estava incluído no amor ao conjunto da vida. A opção não é por isso nem neutra, nem anódina.

Num período de turbulência no espaço cultural ocidental, a acção do Papa e da Igreja pode representar a expressão da necessidade de uma mudança de práticas e de visões. Esta acção pode vir a cavar clivagens já presentes mas ainda não suficientemente assumidas no plano cultural. Foi na Argentina, terra natal do Papa Francisco, que fez escola em tempos peronistas a referência aos "descamisados".

Está a admitir-se que é por estes e para estes que a acção papal se vai orientar. Erro profundo. Um Papa olha para todos por igual, mas, se todos os homens são iguais perante Deus, não se deve menosprezar a palavra Papal. Ele não tem regimentos, mas a sua palavra pode valer mais do que isso, além de que é jesuíta e foi a Companhia de Jesus que evangelizou a América do Sul. Foi ela que, pela sua acção, desencadeou o furor de algumas Cortes. Recordem-se o Padre António Vieira, Manuel da Nóbrega ou os jesuítas dos Planaltos onde viviam os Guarani. Por tudo isso, a gestão pontifícia do Papa Francisco pode surpreender. Deus queira!

(*) Gestor



História por contar

Pedro Lomba (*)

A história aparece em parte contada no mais recente livro de João César das Neves *As Dez Questões da Recuperação (Dom Quixote)*. Estou a pensar em dois quadros esclarecedores sobre a evolução do crédito bancário em Portugal a partir de 2008, para os quais oportunamente me chamaram a atenção. Dizem muito sobre o que nos aconteceu.

Quando procuramos culpados para a crise, costumamos apontar (depois, é claro, da crise do euro) a cupidéz dos bancos que financiaram maus negócios públicos, fintaram os reguladores (como o BPN) e se fizeram pagar de uma forma absurda e improdutivo. A banca está no banco dos réus, aqui e em todo o lado. Salvem as pessoas, não os bancos, é o que se ouve. Não quero passar atestados de inocência a alguns dos bancos portugueses que abusaram do crédito bancário em operações duvidosas e tiveram o risco garantido pelo Estado. Temos tantos exemplos disso. Mas o que aconteceu ao crédito bancário, analisado no livro de César das Neves, não permite apenas atirar responsabilidades para cima dos bancos. Permite-nos perceber que foi o próprio Estado, a partir de certa altura, a levar o pandemónio para a actividade bancária.

César das Neves apresenta-nos dois factos sólidos desta "história impressionante". A primeira é que até 2008-2009 os bancos portugueses actuaram como instituições financeiras normais e prudentes na concessão de crédito. Dirigiram o crédito bancário sobretudo para as empresas e particulares em montantes razoáveis. A partir de 2008 a crise internacional produziu, como seria de esperar, a redução do acesso ao crédito. No entanto, se compararmos o crédito aos particulares com o crédito total que na mesma altura começa a ser concedido pelos bancos descobrimos uma significativa variação. Na segunda metade de 2009 o valor do crédito total dispara. Ficamos portanto com este cenário anormal: o crédito às empresas e pessoas em descida, mas o crédito total bancário a subir furiosamente num contexto económico adverso. Dois anos antes do resgate.

Não é difícil, seguindo César das Neves, imaginar o que se passou. Os nossos bancos transferiram o crédito às empresas para crédito ao Estado. O Estado vira-se em desespero para os bancos. As tendências de crescimento do crédito ao Estado atingem os 60% em 2009 e mais de 100% em Março de 2010. É assim que o Estado se aguenta, à deriva, apenas porque não dispunha de alternativa.

Este ponto é suficientemente importante para percebermos que não foi em 2011 que os mercados internacionais fecharam as torneiras para Portugal. Isso já tinha acontecido, demonstra César das Neves, dois anos antes. Apesar da perpétua negação da realidade. O Estado desestabilizou em absoluto o crédito bancário e afastou-o das empresas e da economia. Só quando os empréstimos da troika nos chegam em meados de 2011, e por pressão dos mesmos bancos, é que a situação é normalizada. Fica explicado porque é que o poder político entendeu que era vital para os seus interesses dominar a actividade do crédito de instituições privadas. Mas não fica explicado porque é que os bancos aquiesceram. Daí que César das Neves coloque a pergunta do milhão de dólares: que misteriosas razões, e de qualquer maneira irracionais, levaram as instituições financeiras a aceitar tão mansamente este papel, vampirizadas pelos pedidos de crédito do sector público? Chantagem política? Vantagens do negócio? Foram e temos sido nós, contribuintes, a pagar esta aventura. Uma aventura que merecia ser contada por inteiro

(*) Jurista, Cronista © "Público"



A aposta nos “clusters”

Jaime Quesado (*)

A aposta que Portugal tem feito nas diferentes fileiras industriais – mais tradicionais e mais modernas - é um compromisso com o Futuro. Pretende-se apostar em Clusters de Inovação, que se assumam como verdadeiras plataformas para um novo Modelo Estratégico para a Economia Portuguesa. Em tempo de profunda crise internacional, com a maior parte dos sectores de actividade confrontados com falta de perspectivas de recuperação, a dinamização destes Clusters é essencial. As diferentes fileiras industriais, como projectos integrados de base nacional, acabam por ser um importante teste à capacidade de encontrar novas soluções associadas à Inovação e Conhecimento, criando condições para uma nova aposta para o futuro. São por isso um grande desafio para o futuro.

O papel de empresas de referência como a Embraer, a Critical Software, o Grupo Amorim, a Portucel, entre muitos outros, é decisivo. Trata-se dum movimento de “aglomeração de base” da sociedade civil, numa lógica de “eficiência colectiva” em que a capacidade regional de afirmar capacidades numa lógica mais global vem ao de cima. Os objectivos estratégicos destes Clusters de Inovação são claramente um exemplo de exame à capacidade efectiva dos actores económicos de “agarrarem” o desafio da Competitividade dum forma estruturada e coerente. Impõe-se uma aposta séria nesta nova fase, mais ambiciosa, voltada para a Internacionalização e para a Criação de Valor Global.

O sucesso dos Clusters é fundamental para o futuro do país. É um objectivo que não se concretiza meramente por decreto. É fundamental que a sociedade civil agarre de forma convicta este designio e faça da criação destas “Novas Plataformas de Competitividade” a verdadeira aposta estratégica colectiva para os próximos anos. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro designio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento económico. Inovação, Conhecimento e Criatividade são as palavras-chave de uma estratégia centrada na criação de valor Global com efeito no Emprego e Riqueza.

O papel do Investimento Directo Estrangeiro de Inovação, articulado com Universidades e outros Centros de Competência, vai ser decisivo nesta área e ao Estado caberá a inelutável missão de regular com rigor e sentido estratégico. Mas a chave do segredo estará na capacidade local de fazer a diferença. Os Actores da Competitividade (Municípios, Universidades, Associações Empresariais) terão que saber desenvolver um verdadeiro “pacto estratégico” para o futuro do seu território, voltado para uma dimensão mais global. E as opções terão que ser claramente assumidas. Por isso, impõe-se que rapidamente este Projecto Estratégico passe a ser a base de uma Nova Agenda da Competitividade e Crescimento.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Sinais positivos

Luís Campos Ferreira (*)

Quando as dificuldades são muitas, podemos ter três atitudes em relação aos sinais positivos que vão surgindo: desvalorizá-los, exagerar a sua importância ou tentar atribuir-lhes o valor que realmente têm.

Quero falar de três desses sinais. O primeiro é a descida dos juros da dívida portuguesa, que estão a recuar para níveis de há mais de dois anos. O segundo é o aumento expressivo das exportações em Janeiro, depois de um Dezembro sombrio. E o terceiro foi termos conseguido, no ano passado, um saldo externo positivo em termos de comércio internacional, facto que não acontecia há 18 anos. Não há razões para embandeirar em arco com estes sinais, porque o grosso das dificuldades não desaparecem com eles. Mas não podemos ignorá-los ou fingir que nada significam. Significam, e muito, para a nossa economia. Querem dizer que Portugal está a reconquistar a confiança e autonomia perdidas, e também que as nossas empresas estão na linha da frente da recuperação económica. E recuperar a economia é recuperar Portugal e a vida dos portugueses. É este o valor destes sinais.

(*) Deputado PSD, Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda para reunir no próximo dia 05 de Abril de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Quinta dos Oliveiras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação e votação das contas da secção do ano de 2012.
- 2 - Apresentação e votação do orçamento da secção para o ano de 2013
- 3 - Análise da situação Político - Partidária.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2013 (quarta-feira), pelas 21h30 na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 46, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 22 de Março de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Vasco da Gama, 54-1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicas de Faro

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e votação das contas referentes ao ano de 2012
- 2 - Autárquicas 2013

PORTO / NÚCLEO LITORAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 28 de Março de 2013 (quinta-feira) pelas 21h30 na sede, sita a Rua de Diu 139 r/c com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apresentação das acções a realizar pelo Núcleo.
- 2 - Análise da situação política a nível Local
- 3 - Outros assuntos de interesse para o Núcleo

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porto de Mós, para reunir no

próximo dia 01 de Abril de 2013 (segunda-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo N.º 2, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Dar parecer nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD.
- 2 - Análise da Situação política.



GONDOMAR - RIO TINTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo da JSD Rio Tinto, para reunir no próximo dia 5 de Abril, pelas 21.00h, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, sita na Rampa Combatentes da Grande Guerra, 31, em S. Cosme - Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário de Núcleo.

Notas:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário Concelhio, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Mais se informa que as urnas estarão abertas entre as 21.00h e as 22.30h.

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Arganil, para o dia 19 de Abril de 2013, pelas 21h00m, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Arganil, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos, em Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia e Mesa do Plenário da JSD/Arganil.

Nota:

As listas candidatas, deverão ser apresentadas à Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente a substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

TÁBUA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tábua para reunir no dia 20 de Abril (Sábado), pelas 20 horas, na sede do PSD Concelhio, em Tábua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Tábua

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional, ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. O ato eleitoral decorrerá entre as 15h e as 17h.

CONSELHO REGIONAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Regional da JSD de Vila Real, a realizar no próximo dia 28 de Março de 2013 (quinta-feira), pelas 20:30 horas, na sede do PSD Mesão Frio (Rua da Carreira nº 54, Santa Cristina Mesão Frio), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Eleições Autárquicas;
- 3- Eleições Regionais da JSD Vila Real;
- 4- Impulso Jovem, medidas de combate ao desemprego;

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se a Assembleia Concelhia de Alcochete, para o próximo dia 21 de Abril de 2013 pelas 17h, na sede do PSD de Alcochete sita na Rua do Paço 8, 2890-062 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Eleição dos Órgãos Concelhios (Comissão Política e Mesa).

A eleição decorrerá entre as 17h e as 19h.

CONSELHO REGIONAL DE SETÚBAL

Conforme aprovado em Conselho Regional de Setúbal no dia 17 de Março de 2013 e ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se eleições para os Conselheiros Regionais da JSD de Setúbal nas seguintes concelhias:

20 de Abril de 2013 (Sábado) das 16h as 18h

Alcácer do Sal: Rua Rui Coelho, 34 1º Drt., 7580-168 Alcácer do Sal

Barreiro: Rua de Trás-os-Montes nº4 B, 2835-464 Stº António da Charneca Barreiro

Montijo: Praça da Republica 12, 2870-235 Montijo

Sesimbra: Rua da República, 20 - 1º. Esq., 2970 Sesimbra 20 de Abril de 2013 (Sábado) das 18h as 20h

Setúbal: Rua Rodrigues de Freitas 23 1º Esq., 2900 Setúbal 20 de Abril de 2013 (Sábado) das 21h as 23h

Almada: Rua Sociedade Incrível Almadense 4ª, 2800 Almada 21 de Abril de 2013 (Domingo) das 10h ao 12h

Grândola: Rua Afonso de Albuquerque 17, 7570-298 Grândola 21 de Abril de 2013 (Domingo) das 13h as 15h

Santiago do Cacém: Bairro Azul, Colectiva C4, 1º esq. Fração 17, 7500-100 Vila Nova de Santo André 21 de Abril de 2013 (Domingo) das 16h as 18h

Moita: Rua 5 de Outubro 19ª, 2860-431 Moita

Palmela: Rua Hermenegildo Capelo 141, 2950-234 Palmela

Seixal: Rua Movimento das Forças Armadas, 11, 2845-307 Amora

Sines: Rua Ferreira, 10 7520-195, Sines 21 de Abril de 2013 (Domingo) das 17h as 19h

Alcochete: Rua do Paço 8, 2890-062 Alcochete

CONGRESSO REGIONAL ELEITORAL DE SETÚBAL

O Congresso Regional Eleitoral terá lugar dia 4 de Maio (Sábado) pelas 15h na sede do PSD de Setúbal sita na Rua Rodrigues de Freitas 23 1º Esq., 2900 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações;

2- Apresentação e discussão de moções de candidatura;

3- Eleição dos Órgãos regionais de Setúbal.

A eleição da Mesa do Conselho Regional e Comissão Política Regional de Setúbal decorrerá das 15h as 17h.

ERRATA

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE

ANTERIOR

NESD / UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

Ao abrigo do artigo 5º do Regulamento dos Estudantes Social Democratas, convocam-se Eleições para os Órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade Lusíada do Porto, no próximo dia 16 de Abril de 2013, entre as 18h00 e as 20h00, na Universidade Lusíada do Porto.

Ponto Único: Eleições para os Órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade Lusíada do Porto.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado à coordenadora regional, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.